

Transparência Cruel

É norma para qualquer governo, mas se encaixa como uma luva no atual: melhor não dizer o que pretende fazer, e fazer alguma coisa, do que dizer e não apresentar resultado. O governo Sarney tem a especialidade de criar expectativas que ele não sabe satisfazer. As vésperas de completar três anos de mandato — e portanto de começar o último — o presidente Sarney fala como se tivesse um quadriênio pela frente.

“Finalmente, temos um plano de ação governamental”, proclama o presidente da República. De quem foram os planos anteriores, ele não diz. Em 85, quando assumiu, alega o presidente que faltava um programa administrativo. Havia apenas o da Aliança Democrática. Não pode passar sem um reparo: a Aliança não era um programa administrativo, mas político — e se diluiu em retórica. No seu primeiro ano, a braços com a inflação, o presidente nomeou do primeiro ao terceiro nível administrativo. No segundo, ameaçado pela hiperinflação e em desespero de causa, lançou o Plano Cruzado e, enquanto o congelamento de preços enganou, o governo não quis saber de nada. Quando o congelamento derreteu, o governo apelou para o que considera agora o *infeliz* cruzado dois.

Todos os cidadãos estão perfeitamente a par dos problemas acumulados e da falta de iniciativa (e coragem) do governo para enfrentá-los. É exatamente o sentimento que se cristalizou na aspiração que a Constituinte interpretou corretamente quando fixou em quatro anos o mandato presidencial.

A burocracia convenceu o presidente Sarney de que ele agora dispõe de um orçamento unificado — que lhe garante a transparência das contas públicas — mas não o lembrou de que agora lhe resta apenas um ano. Há uma transparência política que não deixa ninguém enganar-se. Então, é botar mãos à obra. Há muito que fazer, como rotina saneadora. Há sobretudo a necessidade de reduzir os brutais custos da máquina pública, produtora de ineficiência. Será que a transparência que ofusca o governo lhe permitirá desta vez ver em meio às despesas o que é cortável? A transparência deixa entrever o perfil da austeridade?

A única linha de governo para o seu último ano é que deveria ter vivido no primeiro ano: para fazer o que se propõe, com atraso e nostalgia, o governo

precisava ter feito de saída o saneamento das despesas, e não o incremento de gastos; demissões e não nomeações. Fez o contrário: gastou no começo e terá que cortar no fim. Sem essa disposição, o quarto ano repetirá — e aumentará — o insucesso dos três primeiros.

A sociedade é que não compartilha da *transparência* atrás da qual se escuda o governo. O presidente pode estar desinteressado da eleição presidencial este ano, mas os seus mais diretos auxiliares estão interessadíssimos em recuperar pelo menos um dos dois anos do mandato autoritário. O governo Sarney se declara cheio de expectativas novas para compensar a frustração das que marcaram o ano de 87. Continua convencido de que não conseguiu fazer a “mudança profunda” por culpa de uma “esquerda retrógrada” e uma “direita reacionária”. Ou seja, as duas pagam as contas de um desacerto do próprio governo, que decretou morta a inflação em 1986, mas não se lembrou de providenciar-lhe o sepultamento. A inflação não morre por decreto-lei. Da mesma forma que o desenvolvimento não se faz com discurso, mas com ação de governo. A inflação ressuscitou porque estava em estado de catalepsia, e rompeu o congelamento.

A sociedade continua sem transparência, pois o presidente — na sua volta da ilha de Curupu —, falando com animação à imprensa, achou que é mínima a diferença entre o déficit previsto de 3,5% do PIB e o apurado de 5% do mesmo PIB. É muito maior do que lhe dão a entender os seus economistas mais próximos. O mais grave é que os áulicos insinuam que 3,7% desses 5% do PIB representam o serviço da dívida. A dívida é tudo, num governo que não aprendeu em três anos que há uma relação inexorável entre a dívida pública, os seus juros e a inflação.

Tem um ano — último — para aprender. A lição política deixa explícito por que a eleição tem que ser este ano de 88. Sem legitimidade era possível agüentar, mas sem um mínimo de eficiência é impossível. Este governo não se encontrou nos três meses de sucesso do cruzado, no insucesso que se agrava a cada mês — não encontra sequer a capacidade de reconhecer que errou. A culpa continua sendo dos outros — isto é, nossa.